

O QUE DISSE CLÁUDIO PERANI SOBRE KARL MARX? (REFLEXÕES A PARTIR DE UM DOCUMENTO INÉDITO)

Iraneidson Santos Costa (UFBA)

Informações do artigo

Recebido em 05/06/2018

Aceito em 01/07/2018

doi> 10.25247/2447-861X.2018.n244.p301-331

Resumo

Por ocasião dos dez anos da Páscoa de Cláudio Perani, este artigo retoma uma questão importante na vida e obra do jesuíta italiano – sua relação com a filosofia do materialismo histórico, o método de análise marxista e o socialismo –, sobre a qual, porém, ele nunca dedicou um texto específico. Para tanto, recorremos a um documento inédito, uma carta na qual ele procura responder a um instigante questionamento: “Um cristão pode adotar a análise marxista, distinguindo-a da filosofia e da política marxista?”. Assim, recuperamos de maneira minuciosa sua trajetória *para* o marxismo e *entre* os marxistas, analisando não apenas o referido documento como também toda a sua produção intelectual (tese, artigos, entrevistas etc.), de modo a esclarecer: afinal, o que disse Cláudio Perani sobre Karl Marx?

Palavras-Chave: Companhia de Jesus. Marxismo. Cláudio Perani.

No início da década de 1980, em plena conjuntura de declínio da ditadura civil-militar e tenso debate político e ideológico, a Igreja Católica brasileira foi vítima de uma campanha difamatória que combinava a divulgação pela grande imprensa de artigos de denúncia e condenação ao chamado “Clero Vermelho” com a publicação de textos supostamente escritos por membros deste clero, com a finalidade óbvia de desmoralizá-los perante a opinião pública. No âmbito da produção apócrifa, ganharam notoriedade, entre outros, a falsificação de uma edição do jornal *O São Paulo* (órgão da Arquidiocese paulista), de uma cartilha de educação política da Arquidiocese do Rio de Janeiro e de um boletim semanal da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Apesar de articulada em escala nacional, em nenhum outro lugar o complô foi tão intenso e agressivo quanto no Nordeste. Reproduzidos em milhares de fotocópias, tais panfletos eram geralmente colocados sob as portas das casas durante a noite, usando, em muitos dos casos, crianças carentes para este mister. Ilustrado pelo emblema da foice e do martelo (este, em forma de cruz), um dos mais famosos destes folhetos circulou em setembro de 1982 em algumas cidades da Bahia, Pernambuco e Sergipe, trazendo a assinatura (forjada) de dom José Rodrigues de Souza, então bispo de Juazeiro (BA), seguida dos nomes de diversos bispos e padres da região. Numa linguagem beligerante, exortava posseiros e

trabalhadores rurais a lutar contra o regime ditatorial, afirmando que “o Partido dos Trabalhadores é o caminho para essa luta, que deve ser estendida contra os latifundiários da região”¹. Mas não ficava só nisso: conclamava-os a invadirem terras e fazerem justiça contra os grileiros com suas próprias mãos...

Publicado um mês antes, mas de difusão restrita à Bahia, outro destes panfletos se intitulava “Clero Vermelho” e seguia o mesmo padrão: estampava o desenho de uma foice junto a uma cruz e pregava a necessidade da luta armada e de “um banho de sangue no país”². No rol dos supostos autores, nada menos que 22 padres de diversas paróquias de Salvador, todos devidamente apresentados como membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Entre eles, o padre jesuíta Cláudio Perani, coordenador do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade de assessoria ligada à Companhia de Jesus que, desde sua fundação em 1967, vinha se sobressaindo no apoio às lutas das organizações populares urbanas e rurais de várias regiões do país, notadamente no Nordeste e Norte.

Como dissemos, o outro artifício dessa estratégia conjugada consistia na concessão de amplos espaços de alguns dos periódicos de maior circulação local e nacional para a veiculação de críticas contundentes a sacerdotes, religiosos e leigos tidos como politicamente progressistas. Era o caso do jornal *Correio da Bahia*, pertencente à família do então governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães (ACM), cujos editoriais reiteradamente contestavam a linha de atuação pastoral e as concepções defendidas pelo CEAS, acusado de ser “um verdadeiro polo de irradiação das ideias de Marx”, na medida em que o corpo de redatores da revista por ele editada, os *Cadernos do CEAS*, seria “composto, em sua totalidade, por figuras destacadas do Partido Comunista do Brasil”³.

As admoestações mais raivosas, porém, costumavam aparecer na seção das “Carta ao leitor”, onde se sucediam as pechas de “radicais”, “esquerdistas”, “marxistas” e “comunistas”, de maneira evidentemente orquestrada, dada a repetição dos nomes dos supostos “leitores” e a indisfarçada homogeneidade de estilo discursivo (cf. Costa, 2011a, p. 162-163). Numa delas, um “cidadão indignado” denunciava uma parte da Igreja Católica de não apenas se engajar em partidos políticos de esquerda, mas de ser, ela própria, mentora intelectual de

¹ Clero Vermelho, *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de setembro de 1982, p. A-10.

² Cardeal reage contra campanha difamatória, *A Tarde*, Salvador, p. 12, 14 de agosto de 1982.

³ Opção pelos pobres. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 4, 1º de novembro de 1982.

tais organizações, sendo responsável, pois, pela divisão da grei católica, uma vez que insuflava a violência e a luta de operários contra patrões, empregados contra empregadores, posseiros contra proprietários, estudantes contra a polícia e assim por diante. E arrematava:

Sabe por que isso? Porque esses tais padres dessa ala não querem o Deus misericordioso, não querem o Nazareno que morreu na Cruz, quando tinha poderes para livrar-se daquele martírio. Os padres querem Cristo “revolucionário”, guerrilheiro. Isto é possível!? A exemplo disso, cito um senhor que se diz chamar padre Perani, que até se orgulha de não mais saber rezar missa, e que seu livro preferido é o *Capital* – de Marx e Engels. Sinal dos tempos!⁴

Por ocasião dos dez anos da Páscoa de Cláudio Perani, parece oportuno retomar essa questão, tanto mais que ele nunca dedicou um texto sobre o tema, sendo possível encontrar unicamente referências esparsas a esse respeito nas dezenas de artigos escritos ao longo dos seus quarenta anos devotados à ação e à reflexão comprometidas com as classes populares⁵. Para tanto, nos valeremos de um documento inédito⁶, uma carta por ele enviada ao jesuíta francês Jean-Yves Calvez, então Assistente Geral da Companhia de Jesus, de maneira a esclarecer: afinal, o que disse Cláudio Perani sobre Karl Marx?⁷.

O contexto do documento

Os últimos meses de 1978 foram particularmente conturbados no Vaticano. Após os quinze anos de pontificado de Paulo VI, de duração média, quando se leva em conta o tempo de governo dos papas do século XX, a Santa Sé teve que conviver com nada menos que três pontífices num intervalo de pouco mais de dois meses. O falecimento de Albino Luciani em 28 de setembro, 33 dias apenas após sua eleição e entronização como João Paulo I, pegou de

⁴ FRANÇA, Alípio. Padres de ontem, padres de hoje. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p. 3, 7 de abril de 1983.

⁵ Para uma visão de conjunto da obra de Cláudio Perani, conferir a coletânea publicada na edição 233 dos *Cadernos do CEAS* (Salvador, janeiro-junho, 2009).

⁶ Carta de Cláudio Perani a Jean-Yves Calvez. Salvador, 8 de novembro de 1979, Arquivo do Secretariado para a Justiça Social (ASJS), Roma, *Caixa 2, Marxist Analysis, Pasta 4, Consultatio de Analisi Marxistica*. Em virtude de sua importância histórica, transcrevemos integralmente o documento em *Anexo*.

⁷ Nossa inspiração vem, obviamente, de um artigo de dom Helder Câmara intitulado “Que faria São Tomás de Aquino, o comentador de Aristóteles, diante de Karl Marx?”. Resultado de uma palestra proferida na Universidade de Chicago em outubro de 1974 pelo então arcebispo de Olinda e Recife, foi publicado na edição 37 dos *Cadernos do CEAS*, de maio-junho de 1975, sendo um marco na trajetória editorial da revista.

surpresa a Igreja Católica no mundo inteiro e, de modo especial, a Companhia de Jesus. Na véspera do inesperado acontecimento, os jesuítas haviam iniciado em Roma sua 66ª Congregação de Procuradores, a qual se encerraria em 5 de outubro, dez dias antes do início da longa Era João Paulo II (1978-2005).

A Congregação de Procuradores é numa assembleia de jesuítas eleitos pelas Congregações Provinciais com o Padre Geral e seu *staff* (os Assistentes Gerais e os Assistentes Regionais) com a dupla finalidade de informar sobre o estado da mesma e deliberar pela conveniência de se convocar (ou não) uma Congregação Geral (CG), esta, sim, a instâncias máxima da Sociedade de Jesus, responsável não apenas pela escolha do Prepósito Geral como também pela aprovação do seu corpus legislativo (Normas, Decretos e demais documentos). Aquela Congregação de Procuradores esteve especificamente investida de uma relevância maior, uma vez que as CGs anteriores (a XXXI, de 1965-1966, e a XXXII, de 1974-1975) haviam ampliado suas prerrogativas, autorizando-a, inclusive, a suspender provisoriamente a aplicação de algum decreto, caso assim o julgasse necessário (ALDAMA; ECHARTE, 2001, p. 911-912). Ademais, seria o primeiro encontro da cúpula inaciana com o novo papa, e havia uma certa esperança de que ele servisse para desanuviar as tensões acumuladas desde o início do generalato do jesuíta basco Pedro Arrupe, em maio de 1965 (COSTA, 2011a, p. 79-127).

Os 99 delegados iniciaram os trabalhos numa quarta-feira, dia 27 de setembro de 1978⁸. Da quase centena de jesuítas, 83 estavam ali por eleição (entre os quais, Cláudio Perani, indicado pela Província da Bahia), e 16 em razão do seu cargo, como era o caso do Assistente Geral Jean-Yves Calvez. Na primeira sessão, coube ao padre Pedro Arrupe apresentar o “Informe sobre o Estado da Companhia de Jesus”, por ele mesmo qualificado de “complicado” e “preocupante”, tal a frequência das expressões “problema de grande importância” e “grave responsabilidade” (ARRUPE, 1979a, p. 450, tradução nossa). As “numerosas e dolorosas” perdas de 2.063 sacerdotes que haviam regressado ao estado laical entre 1964 e 1977 manifestavam tão somente o aspecto quantitativo da situação. Mas o Geral não se limitou à simples exposição de fatos, dando seu “juízo de valor acerca dos pontos mais

⁸ Para a descrição do desenrolar do Congregação de Procuradores de 1978, nos baseamos em Alcalá, 2007. Por sua vez, parte da documentação nele produzida pode ser consultada na edição de 1979 da *Acta Romana Societatis Iesu*.

importantes” (ARRUPE, 1979a, p. 422, tradução nossa). Nos ateremos aqui à temática da luta pela fé e pela justiça, “foco de algumas dificuldades e origem também de realizações significativas na vida da Companhia” (ARRUPE, 1979a, p. 426, tradução nossa). Assim, depois de assentir que, a pouco e pouco, ia desaparecendo o temor inicial de que tal compromisso pudesse acarretar um desvio do espírito original da Ordem, padre Arrupe enfrentou o delicado tópico dos “métodos e ideologia marxista”. Por conta de sua explicitude e clareza, vale a pena transcrever sua fala integralmente:

Nota-se em muitos lugares certa simpatia pelo marxismo em geral ou por partidos políticos de clara inspiração marxista. Esta simpatia assume diversas formas e se expressa de várias maneiras: desde os que utilizam alguns elementos da análise social e da práxis política marxistas sem querer admitir toda a sua ideologia até os que se identificam publicamente com o marxismo ou se declaram abertamente como apoiadores de partidos comunistas ou membros ativos destes. Sem nos fechar a tudo o que possa haver de positivo no marxismo nem excluir a possibilidade de um diálogo e até de uma certa colaboração crítica com grupos e movimentos de inspiração marxista, é evidente que o compromisso de alguns jesuítas com o marxismo como tal e suas declarações públicas de apoio a sua ideologia são inaceitáveis, tendo sido motivo de escândalo e perplexidade não apenas para os que sofrem opressão e perseguição de regimes marxistas como também para muitos outros. O que digo do marxismo se aplica igualmente a outras ideologias e movimentos políticos que, por estar às vezes mais próximos de nós, nem por isso deixam de ser menos inaceitáveis. As isoladas tentativas de introduzir em nossas reuniões, assembleias e consultas métodos de pressão de grupo e manipulação política inspirados no marxismo ou em outras ideologias devem ser energicamente combatidos como diametralmente opostos ao autêntico discernimento comunitário e espírito que anima o governo da Companhia (ARRUPE, 1979a, p. 427-418, tradução nossa)

No dia seguinte, a Congregação iniciou o debate sobre o famoso (e polêmico) Decreto 4, aprovado três anos antes pela CG XXXII, segundo o qual a missão da Companhia de Jesus residia no “serviço da fé, do qual a promoção da justiça constitui uma exigência absoluta enquanto faz parte da reconciliação dos homens, exigida pela reconciliação dos mesmos com Deus” (COMPANHIA DE JESUS, 1975, p. 37). Para se ter uma ideia da celeuma provocada pelo Decreto 4, convém recordar que, pela primeira vez na história, os decretos de uma Congregação Geral foram retidos (por nada menos que dois meses) e anotados (não apenas o controvertido decreto, mas sobretudo ele) pela Santa Sé antes de sua publicação (BANGERT, 1985, p. 626). O próprio Jean-Ives Calvez consagraria, anos depois, um livro

inteiro para esquadrihar a gênese, os fundamentos teológicos e a aplicação prática do Decreto 4, apontando como um dos motivos para este encaminhamento excepcional os temores produzidos no papa Paulo VI pela promoção da justiça definida naqueles termos: desvio do caráter fundamentalmente sacerdotal da Ordem, insuficiente distinção entre as funções dos sacerdotes e dos leigos e excessiva importância concedida à ação política, à promoção humana e ao progresso social em comparação com a evangelização e a busca do Reino de Deus (CALVEZ, 1987, p. 51-53).

Não deve causar estranheza, portanto, que o assunto tenha voltado rapidamente ao centro das atenções, o que ocorreu logo no início do ano seguinte. Assim, na Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada entre 27 de janeiro e 13 de fevereiro de 1979 em Puebla, um dos temas que galvanizaram os embates foi justamente a relação entre cristianismo e marxismo, e a Companhia de Jesus estava no olho do furacão. Entre os 356 delegados oficiais da Conferência, 221 eram bispos vindos dos mais diversos países do continente e, entre os não-bispos, apenas 35 eram religiosos sacerdotes, dentre os quais uns poucos inicianos, capitaneados pelo próprio Geral, padre Pedro Arrupe, que foi ao México como convidado especial de Roma em virtude de sua condição de presidente da União de Superiores Gerais das Ordens Religiosas (USG). Isso, porém, não impediu que a Sociedade de Jesus se fizesse presente com uma robusta delegação de 120 jesuítas (10 apenas dos quais eram bispos nomeados para tomar parte da Assembleia), o que levou à insinuação maledicente de que havia uma “assembleia paralela” dos jesuítas (ASSEMBLEIA..., 1980, p. 26-29)

O próprio padre Pedro Arrupe teve jornadas bastantes intensas em Puebla, seja participando das sessões de estudo, conversando reservadamente com cardeais, bispos e teólogos ou concedendo entrevistas a inúmeros meios de comunicação, entre as quais ressaltamos uma concorrida conferência de imprensa concedida a 250 jornalistas no Pontifício Seminário Palafoxiano, em 9 de fevereiro de 1979. Mas não era gratuita esta sua dedicação, posto que os jesuítas do continente, em geral, e da América Central, em particular, estavam na berlinda, sendo frequentemente acusados de defender doutrinas contrárias ao Magistério da Igreja e exaltar a violência como meio de libertação social, opinião que era compartilhada pelos segmentos politicamente mais conservadores do episcopado latino-americano. Não bastasse isso, a sanha repressiva se abatia mais e mais sobre seus confrades da região: em 1970, o padre Luís Medrano foi expulso do Panamá e diversos

atentados a bomba aterrorizaram a comunidade acadêmica da Universidade Centro-Americana (UCA) em San Salvador; em 1977, o padre Rutilio Grande foi assassinado em Aguilares, município do norte de El Salvador, e o padre Fernando Hoyos foi vítima de uma tentativa de sequestro no departamento guatemalteco de Quiché; em 1979, a Junta Militar que governava Honduras fechou a Rádio Progreso, deportou o padre Guadalupe James Carney e sequestrou o padre Jack Donald (COSTA, 2011a, p. 29-52; SARRIEGO, 2007).

Justifica-se, por conseguinte, a intransigente defesa feita pelo Geral acerca da atuação de seus irmãos de Ordem. Na aludida conferência de imprensa, por exemplo, após insistentes perguntas formuladas por um jornalista mexicano acerca de uma suposta tolerância de sua parte diante de tais desvios dogmáticos e ideológicos, o padre Pedro Arrupe trocou por alguns instantes sua proverbial amabilidade por uma inabitual contundência:

Diga-me, para que eu possa tomar alguma medida, qual é o jesuíta que defende tal violência, que defende o marxismo como ideologia e que defende e propaga a luta de classes. No dia em que você me disser, eu terei oportunidade de falar com ele e conferir se foi isso que ele realmente disse ou não. Até lá, deixemos essa questão por aqui (ARRUPE, 1979b, p. 288-289, tradução nossa).

As conclusões de Puebla não foram favoráveis à aproximação entre cristãos e marxistas, dado que o texto oficial expressou sua reprovação ao marxismo por distintas razões: concretizar-se através de “formas históricas ateias e violentas” (§ 92), desconhecer “os direitos humanos, especialmente o direito à liberdade religiosa” (§ 313) e atentar “contra a dignidade da pessoa humana” (§ 550) (CONSELHO..., 1979, p. 108, 164 e 229, respectivamente). No entanto, em que pese a cruzada encampada por vários bispos (e alguns cardeais) em prol de uma condenação exclusiva, não foi o que se verificou. Apesar de alertar para “a total politização da existência cristã, a dissolução da linguagem da fé no das ciências sociais e o esvaziamento da dimensão transcendental da salvação cristã” oriundos da reflexão teológica realizada a partir “de uma práxis que recorre à análise marxista” (idem, p. 228), o episcopado reunido no México cuidou de estender a crítica ao liberalismo capitalista, na medida em que ambos se inspiravam em “humanismos fechados a qualquer perspectiva transcendental” (CONSELHO..., 1979, p. 108, 164 e 229, respectivamente). E foi além, denunciando o pecado oculto muitas das vezes numa pretensa postura “sólida e segura”:

O temor do marxismo impede a muitos de enfrentar a realidade opressiva do capitalismo liberal. Pode-se dizer que, diante do perigo de um sistema claramente marcado pelo pecado, as pessoas se esquecem de denunciar e combater a realidade já implantada de outro sistema igualmente marcado pelo pecado (CONSELHO..., 1979, p. 108).

A Companhia de Jesus prosseguiu em seu discernimento. Quatro meses após o encerramento da histórica Conferência do CELAM, um grupo de trinta peritos jesuítas – teólogos, filósofos, pastoralistas, educadores e sociólogos – se reuniu entre 17 e 23 de junho de 1979 na Casa de Retiros Villa Kostka, em Huachipa, nos arredores de Lima, para estudar o documento oficial de Puebla com a finalidade de subsidiar um encontro, de caráter reservado, que os Provinciais da Ordem no continente latino-americano teriam logo em seguida. O representante brasileiro neste seminário prévio foi o jesuíta espanhol radicado na Bahia, padre Manuel Andrés Mato, de quem falaremos mais tarde, o qual resumiu assim as principais conclusões ali consignadas: (i) a Companhia opta pelos pobres como sua missão e nova forma de ser Igreja, “apesar da conflitividade social e eclesial que isso comporta”; (ii) nesta opção, a inspiração maior chega do próprio povo “que sofre injustiças, luta e é igreja na nossa frente”, daí porque (iii) a “formação a partir dos pobres é, portanto, uma exigência”⁹. No documento encaminhado aos Provinciais, os peritos propuseram, entre outras coisas, “preparar os Nossos para assumir cristãmente os conflitos que nascem das ideologias, [...] aproveitando para isso o melhor de um projeto socialista, em conformidade com as culturas latino-americanas”¹⁰. O marxismo, é claro, não poderia ficar de fora de suas recomendações:

Fomentem um estudo sério da possibilidade de utilizar elementos do método de análise marxista enquanto contradistintos da práxis política e da ideologia global marxista. Em especial: a) sua relação com a utopia e a ideologia marxista; b) sua relação com a opção preferencial pelos pobres e com a teologia e c) sua relação com as exigências que se vão dando na prática dos diversos grupos. [...] Enquanto se obtêm os resultados do estudo, se propõe que não se proíba o uso desta análise; mais ainda, aproveite-se para verificar se a prática cristã dele contribui para esclarecer o problema que se estuda¹¹

⁹ *Boletim Pastoral Popular*, Salvador, n. 3, p. 1, nov. 1979, Casa da Memória Popular (Campo), Salvador.

¹⁰ Idem, p. 7-8. Em linguagem inaciana, “Nossos” significa os membros da Companhia de Jesus.

¹¹ *Propostas aos Provinciais da Companhia de Jesus na América Latina a partir dos Documentos de Puebla*, Huachipa, p. 9, 23 de junho de 1979, Campo, Salvador.

Foi, portanto, a partir desta sistematização que os Provinciais latino-americanos se debruçaram sobre o documento de Puebla em sua reunião, realizada no mesmo lugar entre 29 de julho e 6 de agosto de 1979. Não deve restar mais dúvida do quanto “os jesuítas latino-americanos tomaram a sério a Terceira Conferência do seu episcopado”, na acertada definição de um dos participantes do encontro, o jesuíta colombiano Eduardo Briceño, então Assistente Geral para a América Latina Setentrional (BRICEÑO, 1980, p. 11). A presença do padre Pedro Arrupe só o confirma. Aliás, ele espichou sua viagem por mais alguns dias, aproveitando para passar no Peru, Bolívia, Panamá, Honduras, Nicarágua e Miami antes do retorno à Europa. Numa carta escrita em novembro, já em Roma, o Geral explicitou a centralidade do então chamado “continente da Esperança” em sua trajetória pessoal e no próprio *aggiornamento* da Companhia de Jesus, confessando que “este ano de 1979 tem sido como uma ‘redescoberta’ da América Latina como objeto e, ao mesmo tempo, como sujeito de uma privilegiada evangelização” (ARRUPE, 1980, p. 835, tradução nossa).

Com efeito, o Geral e os Provinciais refletiram naqueles dias sobre o compromisso concreto da Companhia de Jesus no campo da evangelização da cultura, tendo chegado à instigante constatação das afinidades existentes entre a opção feita anos antes na CG 32 pelo “serviço da fé e promoção da justiça” e aquela a que acabava de chegar o episcopado latino-americano em torno da “opção preferencial pelos pobres”. Entre os vários pontos tratados (colaboração com a hierarquia, renovação das obras, formação etc.), um, porém, não pode ser devidamente examinado. Regressemos à carta enviada por Arrupe aos Provinciais meses depois:

Tenho presente [...] a petição de vocês de que se fizesse estudar mais aprofundadamente o problema do uso do método marxista de análise da realidade, tendo em conta as referências já contidas no Documento de Puebla. Espero poder satisfazer esta petição mediante uma comissão especial entre os jesuítas mais qualificados neste delicado campo em toda a Companhia (ARRUPE, 1980, p. 838, tradução nossa)

Esta, pois, é a genealogia da ampla consulta sobre a análise marxista promovida pelo Geral Pedro Arrupe na Companhia de Jesus, da qual faz parte a carta de Cláudio Perani a Jean-Yves Calvez, mote deste artigo. Não podemos perder de vista que precisamente no dia 19 de julho de 1979, isto é, entre os encontros dos peritos (junho) e dos Provinciais (julho-agosto) ocorridos em Huachipa, havia se sagrado vitoriosa a Revolução Sandinista, uma insurreição

armada iniciada na década de 1960 e que, a partir dos últimos anos da década de 1970, passou a contar com o apoio de segmentos da Igreja Católica nicaraguense, com destaque para o Instituto Histórico Centro-Americano (IHCA), vinculado à UCA de Manágua, sem falar na decisiva atuação do jesuíta Fernando Cardenal, membro do *Grupo de los Doze*, formado por intelectuais procedentes de importantes famílias locais que defendiam os interesses da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) perante a sociedade civil. Pela primeira vez, uma revolução socialista vitoriosa tinha nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) um dos seus principais sustentáculos e, mais inusitado, a própria vanguarda marxista partilhava a hegemonia com os cristãos, haja vista a expressiva participação de padres e religiosos no governo revolucionário, a começar pelo já citado Fernando Cardenal, ministro da Educação entre 1984 e 1990. A propósito, recordemos que o padre Pedro Arrupe fez questão de incluir a Nicarágua no prolongamento de sua viagem, tendo a visitado no dia 9 de agosto de 1979, ainda no calor da hora da vitória sandinista, para “ouvir e ver com seus próprios olhos este novo processo, enquanto escutava a seus irmãos” (SARIEGO, 2007, p. 461).

Mais do que nunca se fazia urgente um posicionamento formal da Ordem sobre o “delicado campo” das relações entre o cristianismo e o marxismo. A realidade latino-americana assim o demandava. É certo que Puebla já havia anteposto severas restrições ao materialismo histórico e dialético, como tivemos oportunidade de expor acima, e o fizera lastreada no Magistério pontifício, evocando, inclusive, um dos textos politicamente mais avançados da Doutrina Social da Igreja, a Encíclica *Octogesima Adveniens*, publicada pelo papa Paulo VI em maio de 1971, mas que, em seu § 34, adverte de que “seria ilusório e até perigoso chegar-se ao ponto de esquecer a ligação íntima que une radicalmente [os vários níveis do marxismo], e de aceitar os elementos de análise marxista sem reconhecer as suas relações com a ideologia” (PAULO VI, 1977, p. 27-28). Era igualmente notório, porém, que, malgrado tais disposições, a análise marxista vinha sendo empregada, em maior ou menor grau, por jesuítas e leigos em sua ação pastoral concreta, sem a devida distinção entre o aspecto eminentemente metodológico e seus pressupostos filosóficos e/ou ideológicos, resultando, muitas vezes, na politização da fé ou na redução desta a uma mera ideologia (IVERN, 2007, p. 835).

Não havia tempo a perder. Pedro Arrupe delegou a coordenação da consulta a ninguém menos que Jean-Yves Calvez, seu Assistente Geral, conselheiro para o Apostolado Social e integrante da brilhante geração jesuíta de estudiosos do marxismo dos anos 1950,

autor de uma obra clássica sobre *O pensamento de Karl Marx*, publicada em 1956 (cf. Costa, 2010). No dia 23 de outubro de 1979, o padre Calvez enviou uma carta a dezenas de jesuítas espalhados pelas mais prestigiosas universidades do planeta ou pelos ativos centros sociais da Companhia de Jesus na qual formulava de maneira objetiva a questão a ser contestada: “Um cristão pode ou não pode, ou em que condições pode, adotar a análise marxista (ou o método de análise marxista), distinguindo-a da filosofia ou ideologia marxista, e ainda de política marxista?”¹². O jesuíta francês esclarecia logo em seguida que a resposta deveria ser pessoal e o mais célere possível, dando como prazo final o último dia do ano. Reconhecia que nem todos os consultados tinham a mesma disponibilidade para tal empreitada, daí porque ponderava que, “em alguns casos, uma resposta breve pode ser tão útil para o Padre Geral quanto uma mais desenvolvida”¹³. E acrescentava: “Trata-se de um tema sobre o qual o magistério eclesiástico tem dado recentemente algumas orientações (*OCTOGESIMA ADVENIENS*, Puebla), mas, sobre o qual, sem dúvida, é possível ainda uma maior precisão”¹⁴.

Exatamente 68 respostas chegaram a Roma, provenientes do mundo inteiro: 1 da África, 14 da Ásia, 24 da Europa, 11 da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e 18 da América Latina. Algumas brevíssimas, de duas páginas apenas; outras, verdadeiros tratados de marxologia, num total de mais de 400 páginas datilografadas¹⁵. Podemos imaginar a dimensão do trabalho do Geral e de seu especialista em assuntos sociais para compulsar todo o material e condensá-lo no documento final, publicado quase um ano depois, em 8 de dezembro de 1980 (ARRUPE, 1981). Dentre as duas dezenas de contribuições latino-americanas, uma foi de autoria do padre Cláudio Perani.

O caminho ao marxismo

As evidências autorizam supor que o nível de conhecimento teórico do marxismo por

¹² Jean-Ives Calvez, “Carta de Consultación”, Roma, 23 de outubro de 1979, *ASJS, Caixa 2, Marxist Analysis, Pasta 4, Consultatio de Análisi Marxistica*, tradução nossa.

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Cf. Análise marxista: uma consulta, *Promotio Iustitiae*, Roma, n. 21, p. 3-14, março, 1981. O material integral da consulta se encontra no Arquivo do Secretariado para a Justiça Social (ASJS), em Roma (atualmente denominado Secretariado para a Justiça Social e a Ecologia, SJES). Em março de 1980 foi lançado um fascículo fotocopiado com os resultados da mesma, intitulado “L’Analyse marxiste et les chrétiens”.

parte de Cláudio Perani era bastante restrito até esse momento. Um bom indicador é sua tese de doutorado, intitulada *La revisione di vita, strumento di evangelizzazione (alla luce del Vaticano II)*. Publicada originalmente em 1968, trata-se de uma reflexão teológica sobre um instrumento de evangelização (a revisão de vida) essencial na renovação então experimentada pelos leigos, tendo sido elaborada a partir da produção teórica do Concílio Vaticano II e da documentação dos movimentos de Ação Católica. Para efeito de comparação, cotejemo-la com a tese doutoral do jesuíta espanhol Andrés Mato, que já acompanhamos no encontro dos peritos de Huachipa e de quem seria igualmente parceiro no CEAS. Elaboradas quase ao mesmo tempo na PUG de Roma, não poderiam ser mais distintas no que diz respeito à familiaridade com a abordagem marxista. A começar pelo objeto: a concepção de *homem* na obra de Karl Marx (mais especificamente nos *Manuscritos econômico-filosóficos*) e no materialismo dialético soviético de então, isto é, a União Soviética pós-Stalin. A continuar pelo orientador, Gustav Wetter, um dos maiores especialistas em filosofia soviética, professor de História da Filosofia Russa no Pontifício Instituto Oriental de Roma e legítimo representante daquela fecunda geração jesuíta de estudiosos do marxismo de meados do século XX da qual fez parte Calvez. A terminar pela bibliografia selecionada, boa parte oriunda do próprio campo marxiano, cerca de 90% do qual escrita em russo (ANDRÉS MATO, 1969; COSTA, 2017, p. 220-222)¹⁶.

De qualquer maneira, este trabalho inaugural de Cláudio Perani tornou-se uma referência importante na literatura acerca dos movimentos apostólicos especializados. Por exemplo, um jovem e promissor teólogo peruano chamado Gustavo Gutiérrez, que havia estudado na mesma PUG no final da década de 1950 e se encontrava naquele momento elaborando o que seria muito em breve conhecido como Teologia da Libertação, utilizou-se da tese de Perani, identificando-a como uma perspectiva teológica bastante influente no apostolado laico europeu e latino-americano, graças à qual “se assegura uma autêntica presença cristã no mundo”, apesar de ressaltar também o que, no seu entendimento, seria

¹⁶ De qualquer modo, Cláudio Perani faz duas breves menções ao marxismo ao longo da tese. A primeira, quando admite que o esquema de análise da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* lembra a análise marxista, ainda que, “evidentemente, não se cai num materialismo histórico”, visto que “a mudança sócio-econômica não produz uma nova ideologia religiosa” (PERANI, 1974, p. 109). A segunda, ao recordar que “o método da revisão de vida nasceu do seio do movimento da Ação Católica Operária, isto é, num ambiente fortemente influenciado pela mentalidade marxista”, podendo “ser visto como uma cristianização daquilo que de válido apresenta o método marxista, sem cair em seu materialismo” (PERANI, 1974, nota 20).

um limite, já que, de acordo com tal concepção, a missão dos movimentos apostólicos leigos “não deve ir além da missão da Igreja e do sacerdote: evangelizar e animar o temporal. [...] Os cristãos reúnem-se enquanto tal só para compartilhar e celebrar sua fé e examinar à luz da palavra de Deus suas opções políticas” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 91, tradução nossa).

Em meados de 1968, numa das conjunturas mais tenebrosas da ditadura civil-militar, Cláudio Perani retornou definitivamente ao Brasil, incorporando-se ao CEAS, centro social que havia sido criado no ano anterior. Como viria a lembrar mais tarde, “um pouco relutante, comecei a fazer parte desse grupo, mantendo por um certo tempo também a atividade com os universitários” (PERANI, 1991, p. 25, tradução nossa). Não deixa de ser curiosa esta relutância inicial, uma vez que o jesuíta italiano se integrou tão plenamente à entidade, da qual foi coordenador durante muitos anos, que até hoje muitos se referem a ele, erroneamente, como “fundador do CEAS”.

Se houve hesitação, ligeiro ela se dissipou nas lides do dia a dia, porque em setembro de 1968 Cláudio Perani já estava mergulhado na montagem da equipe de reflexão que daria origem, no ano seguinte, a uma publicação periódica, os *Cadernos do CEAS*. É possível encontrá-lo, portanto, em sua estreia enquanto membro efetivo, chamando a atenção para a necessidade de “escolher membros, ou, pelo menos, pessoas que algumas vezes possam apresentar a mentalidade e a problemática do meio rural e operário”²⁷. O amadurecimento alcançado após anos de reflexão teórica e atuação prática nos meios da Ação Católica, então em crise, começava a revelar seus frutos.

Uma de suas primeiras tarefas institucionais consistiu em auxiliar o padre Cesar Galvan na conclusão do *survey* da Vice-Província da Bahia, uma espécie de inquérito sociológico determinado pelo Geral Pedro Arrupe na Companhia de Jesus universal com a finalidade de proceder um levantamento da situação de todos os setores (espiritualidade, vida apostólica, meios e recursos operacionais) para poder, com base nos dados coletados e sistematizados, definir uma ação pastoral conforme o Concílio Vaticano II. Esse encargo foi de importância capital para que Cláudio Perani tivesse uma ideia bastante ampla e objetiva do apostolado jesuíta em boa parte do Norte e Nordeste, uma vez que, naquela época, os limites da Vice-Província incluíam não apenas o Estado da Bahia mas também os do Espírito

²⁷ Reunião de 11 de setembro de 1968, *Atas do CEAS, 1968-1975*, p. 18, Campo, Salvador.

Santo, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas e demais territórios amazônicos.

Principiava aí uma longa e profícua missão pastoral de 40 anos em terras brasileiras, 27 dos quais tendo a Bahia por base, o restante a partir da Amazônia. Desde então, Cláudio Perani passou a dividir o seu tempo entre a assessoria aos trabalhadores rurais da cana de açúcar, cacau e café, as atividades de redator da revista e as celebrações no convento das Mercês, no centro de Salvador. O prestígio regional e nacional do CEAS enquanto entidade de apoio aos movimentos populares cresceu na medida mesma da atuação do seu coordenador. Não sem resistências, é bom que se diga, algumas das quais, aliás, internas à Sociedade de Jesus, cuja “reserva ou mesmo desconfiança” se desanuviou após a aprovação do Decreto 4 da CG XXXII, em 1974, quando, segundo ele, “nos sentimos em casa na Companhia e gratificados por ver o trabalho sobre a pastoral que já havíamos começado há algum tempo reconhecido” (PERANI, 1991, p. 27, tradução nossa). Num raro momento de autoanálise, ele fez um balanço desta etapa pioneira:

Sem pecar contra a modéstia, creio que o CEAS representou uma iniciativa bastante interessante e importante para a nossa Província da Bahia e para toda a Igreja do Nordeste. Inicialmente, surgiu sob uma certa influência italiana para tentar aplicar a Doutrina Social da Igreja à realidade nordestina. Na prática, porém, essa tarefa se revelou muito difícil e tivemos que alterar a orientação do nosso trabalho: partimos da situação concreta das pessoas para entendê-las melhor e tentar fazer alguma coisa a serviço desse povo, tendo como ponto de partida não referenciais teóricos mas aquilo que elas próprias já estavam fazendo naquele momento. Começamos com a análise da realidade brasileira, particularmente do Nordeste, a região mais pobre e conflitiva do Brasil, e, com a ajuda de leigos e professores universitários, realizamos estudos e procuramos divulgar os resultados através de seminários, conferências, assembleias e também pela publicação de uma revista bimensal (PERANI, 1991, p. 25, tradução nossa).

No plano nacional, uma das contribuições mais relevantes da equipe do CEAS foi a decisiva colaboração na fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), cuja metodologia de ação e perspectiva de articulação reorientaram a atitude da Igreja brasileira na questão dos conflitos agrários e terminou influenciando outras pastorais sociais e as próprias Comissões Eclesiais de Base (CEBs). Coube aos jesuítas Cláudio Perani e Andrés Mato coordenar e assessorar o **Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal**, realizado em Goiânia, em junho de 1975, ocasião na qual a CPT foi criada (PERANI, 2002). Resultante da aliança entre o povo do campo e os diversos grupos comprometidos com a luta dos trabalhadores rurais,

a Comissão para a Pastoral da Terra não quis criar um movimento católico de camponeses, mas colocou-se a serviço de todos os camponeses, independentemente da religião ou crença, por considerar fundamental a solidariedade com os mais pobres e marginalizados, sem pretender esgotar as tarefas da Igreja, mas como uma presença silenciosa destinada a testemunhar e proclamar a mensagem evangélica e os valores que lhes são próprios: amor, justiça, solidariedade, caridade, liberdade, partilha (PERANI, 1991, p. 26, tradução nossa).

Tais concepções e práticas não haveriam de passar impunes num contexto ditatorial, de forma que a repressão sempre rondou os assessores do CEAS naquelas quadras. No caso dos estrangeiros, como o jesuíta bergamasco, a situação era um tanto mais delicada em virtude da Lei de Segurança Nacional (LSN) e sua permanente ameaça de expulsão do país. Em 14 de maio de 1978, por exemplo, Cláudio Perani teve mais um pedido de naturalização junto ao Ministério da Justiça indeferido por “má conduta” (PERANI, 1990, p. 60, tradução nossa). Cinco meses depois, o que era intimidação quase virou realidade. Era 5:15 da manhã do dia 28 de outubro e ele retornava da Itália num voo da TAP, proveniente de Lisboa, depois de participado da 66ª Congregação dos Procuradores da qual tratamos no início do artigo. Ao tentar desembarcar, entretanto, ficou detido no aeroporto por agentes da Polícia Federal sob risco de ser extraditado de volta à Europa, sob a alegação de que, por “ordem de Brasília”, fazia parte de uma lista de pessoas que não poderiam mais voltar ao Brasil. A situação só foi solucionada cinco horas mais tarde por intercessão do cardeal arcebispo de Salvador, dom Avelar Brandão Vilela, que precisou recorrer diretamente ao ministro da Justiça, Armando Falcão¹⁸.

Mas o aspecto principal que queremos realçar aqui diz respeito o percurso de Cláudio Perani em direção ao marxismo. Nesse ponto, um traço de sua personalidade terá um peso considerável: a capacidade de diálogo, de convivência com o diferente, de busca do equilíbrio entre posições conflitantes, fiel ao princípio inaciano de “estar mais disposto a salvar a proposição do outro do que condená-la” (LOYOLA, 1928, p. 22, tradução nossa). Em diversos dos seus escritos ele reconheceu o caráter pedagógico do outro, sobretudo o não-crente. Em 1990, ao receber o título de Cidadão Honorário de Salvador, destacou que, pelo fato do CEAS

¹⁸ Padre detido por 5 horas no aeroporto, *Jornal da Bahia*, Salvador, p. 1; 3, 29 de outubro de 1978.

ser formado por “pessoas de princípios ideológicos diferentes do ponto de vista político e religioso, desde o início se instaurou uma dialética complexa devido à coexistência e à diferenciação” (PERANI, 1990, p. 60, tradução nossa). No ano seguinte, ao redigir uma pequena nota sobre a entidade, sublinhou uma vez mais a “generosa colaboração dos leigos, que nos permitiram ver mais claramente a questão metodológica (método indutivo) e o aspecto econômico e político da vida”, aduzindo que eles “ajudaram a introduzir mais democracia em nosso grupo” e que sua presença “nos estimulou a rever a teologia, a espiritualidade e o caminho da evangelização” (PERANI, 1991, p. 26, tradução nossa). Por fim, nada mais categórico que seu depoimento por ocasião da celebração dos trinta anos da mesma:

Meu primeiro impacto no CEAS foi o encontro com um grupo de estudantes e de professores da área das ciências humanas, de diferentes ideologias, alguns de orientação marxista. Até então, só tinha estudado teologia. Foi para mim uma aprendizagem difícil, mas muito frutuosa. Gostaria de lembrar o clima democrático e de respeito pelas opiniões de todos que conseguimos introduzir, apesar das dificuldades e das muitas crises (uma crise contínua?). Isso permitiu uma análise de realidade mais aprimorada, menos dogmática e, por consequência, mais perto das necessidades dos movimentos populares. Em particular, devo reconhecer a grande contribuição dos amigos marxistas que, introduzindo-me no campo da análise marxista, me permitiram não somente aprimorar o conhecimento da realidade em que vivemos e o caminho da história, mas também aprofundar minha interpretação do Evangelho e da prática de Jesus, inspiradora da minha prática hoje. Parece anacrônico falar disso, quando o marxismo passou de moda e surgem outros paradigmas. Pessoalmente, penso que, numa conjuntura em que se afirma o fim das ideologias e na qual aparecem tendências esotéricas e místicas, seja muito saudável utilizar alguns conceitos marxistas para poder discernir melhor. (PERANI, 2000, p. 89).

Obviamente, essa atitude diante dos não-crentes, em particular os marxistas, teve um preço, como o atesta seu companheiro nestes primeiros tempos, Tomás Cavazzuti, ao mencionar os mal-entendidos gerados com seus próprios confrades, “que certamente eram causas de sofrimento, mesmo que ele não o demonstrasse” (CAVAZZUTI, 2016, p. 67, tradução nossa). Mas Cláudio Perani nunca abdicou desta convicção, por acreditar que “eles também poderiam aportar uma contribuição fundamental na construção de uma sociedade mais justa e, portanto, mais cristã” (CAVAZZUTI, 2016, p. 67, tradução nossa). Mais que isso: “na frente deles, ele nunca demonstrou as certezas que a fé lhe dava. Ele sempre quis que a comparação acontecesse no nível da experiência e da análise serena e objetiva da realidade”

(CAVAZZUTI, 2016, p. 67, tradução nossa).

Tendo percorrido o caminho de Cláudio Perani *para* o marxismo, diríamos melhor, *entre* os marxistas, estamos prontos para conferir o que, enfim, ele disse sobre Karl Marx.

O documento (e além dele)

Como toda carta proporciona um face-a-face, na medida em que a introspecção nela contida deve ser entendida “menos como uma decifração de si por si mesmo do que como uma abertura de si mesmo que se dá ao outro” (FOUCAULT, 1992), e levando em consideração que o documento em questão é uma carta-resposta, convém conhecer os termos em que se deu o diálogo Calvez-Perani para compreendermos de modo mais adequado tal interação. Além do que já expusemos no item 1 acerca da pergunta a ser replicada, o jesuíta francês fez um comentário adicional: “Como os termos ‘análise’ ou ‘método de análise’ marxista são empregados às vezes em sentido ou com conteúdos diversos, seria recomendável” uma definição prévia destas palavras¹⁹. Por seu turno, o jesuíta italiano, antes de se desincumbir da tarefa, preveniu o interlocutor da dificuldade de tratar o tema a nível mais teórico, parecendo-lhe “importante continuar numa prática comum, sempre abertos e atentos aos vários questionamentos, [...] além de considerar algo da experiência concreta de elaboração entre cristãos e marxistas”²⁰.

Posto isto, Cláudio Perani enfrentou o problema conceituando a análise social marxista como o conjunto de princípios teóricos constitutivos do Materialismo Histórico, ou seja, da Teoria Marxista da História, distinguindo suas várias dimensões: (a) uma teoria da sociedade, (b) uma análise do modo de produção capitalista, (c) uma análise dos conflitos sociais e (d) uma estratégia de luta. Atacando diretamente a questão proposta, defendeu a compatibilidade entre uma visão cristã de mundo e os três primeiros níveis, já que a teoria da sociedade de Marx “explica melhor do que qualquer outra teoria sociológica os processos sociais mais profundos”, sua análise do modo de produção capitalista “é a complementação

¹⁹ Jean-Ives Calvez, “Carta de Consultación”, Roma, 23 de outubro de 1979, ASJS, Caixa 2, *Marxist Analysis, Pasta 4, Consultatio de Analisi Marxistica*, tradução nossa.

²⁰ Carta de Cláudio Perani a Jean-Yves Calvez. Salvador, 8 de novembro de 1979, ASJS, Roma, Caixa 2, *Marxist Analysis, Pasta 4, Consultatio de Analisi Marxistica*, p. 1, sublinhado no original.

necessária da crítica, de cunho moral, que a Igreja faz da sociedade capitalista”, e a análise dos conflitos “é indispensável para uma ação social que pretenda transformar as estruturas injustas de nossa sociedade”. De acordo com ele, todavia, o quarto nível apresentaria “algumas dificuldades, não pelos meios de luta a serem empregados, quanto pela maneira de conduzir a luta, que pode tornar-se antidemocrática, com consequências muito nefastas. Aqui, sem dúvida, está a parte mais questionável”²¹.

No que concerne ao método, continuou ele, não existiria propriamente uma oposição à visão cristã do homem e da sociedade, ainda que o mesmo pudesse “ser criticado à luz das ciências sociais e da nova realidade histórica, e completado naquilo que tem de parcial”²². Haveria, ademais, que verificar a conexão existente entre a *análise social marxista*, a *filosofia marxista* (essencialmente materialista e ateia) e o *socialismo* (implantado em muitas nações oficialmente ateias). Assim, sem negar que a filosofia preconizada por Marx houvesse servido de inspiração para sua teoria social, nem que ele e muitos marxistas tivessem sido efetivamente materialistas e ateus, Cláudio Perani refutou uma vinculação lógica entre ambas. Outro, porém, seria o caso do socialismo, em relação ao qual a vinculação com a análise marxista seria necessária. Expostas tais considerações, Cláudio Perani emitiu seu parecer:

O cristão, frente ao método de análise marxista, deve ter uma atitude positiva e crítica, reconhecendo nele um instrumento necessário para sua ação em favor de uma nova sociedade. Toda ação desprovida de uma teoria e de um método de análise adequado é destinada ao insucesso. Entre as várias teorias sociais existentes, apenas a teoria marxista consegue explicar radicalmente os mecanismos da sociedade capitalista, pressuposto necessário para sustentar uma ação verdadeira de transformação social. Portanto, o cristão comprometido não pode desprezá-la, e sim encará-la positivamente. [...] É necessário lembrar que, nos textos marxistas, a teoria e a análise estão misturadas, muitas vezes, com uma ideologia ou uma filosofia materialista; é necessário uma leitura atenta²³.

E, como uma espécie de *plus*, Cláudio Perani ainda brindou seu interlocutor com algumas observações de ordem pessoal, delineadas a partir de sua vivência brasileira:

²¹ Idem, p. 2.

²² Ibidem.

²³ Idem, p. 2-3.

Em certos tipos de pastoral, o uso da análise marxista se mostra praticamente inevitável; a colaboração direta com marxistas para determinadas ações torna-se mais fácil quando os marxistas são mais independentes, mais difícil quando ligados a partidos que parecem impor uma linha bastante rígida de atuação; na prática, nenhuma dúvida quanto à existência hoje de muitas pessoas que, a partir dos dois lados, do cristianismo ou do marxismo, procuram se abrirem para uma compreensão da posição²⁴

Fruto desta e das demais contribuições expedidas, em 8 de dezembro de 1980, o padre Pedro Arrupe enviou aos Provinciais da América Latina sua importante carta sobre a “Análise Marxista” (ARRUPE, 1981), um dos últimos textos por ele escrito antes do derrame cerebral que o acometeria em agosto do ano seguinte. A importância por ele atribuída ao documento pode ser aferida pelo fato de que uma cópia do mesmo foi remetida a cada um dos demais Provinciais da Ordem no mundo inteiro, uma vez que “poderá ser igualmente útil a vários deles” (ARRUPE, 1980, p. 5). Como bem apontou o jesuíta Francisco Ivern, seu assessor durante mais de uma década, além de ter sido “muito oportuna e necessária em seu tempo”, a carta sobre a análise marxista continua, em pleno século XXI, inspirando e animando a Companhia de Jesus em seu compromisso efetivo na promoção da justiça. E conclui, algo apreensivo: “Hoje, o perigo não é deixar-se influenciar pela análise marxista da realidade e sim esquecer-se de alguns dos elementos positivo que essa análise continha” (IVERN, 2007, p. 840).

Como não poderia deixar de ser, a carta de Pedro Arrupe teve impacto nos ambientes *intra* e *extra* eclesiais. No Brasil, ainda imerso no regime discricionário, ela foi objeto de acirradas polêmicas e chegou a ser incluída nos Anais da Câmara dos Deputados. Questionado por um periódico local, Cláudio Perani explicitou sua visão: “O que pode mais interessar ao trabalho dos jesuítas no Brasil é a grande abertura que a ‘Carta Arrupe’ sugere no sentido de uma maior colaboração, inclusive com os marxistas”²⁵. Em verdade, mesmo antes do esforço da Companhia de Jesus em produzir um consenso acerca do tema, Perani já estava devidamente imunizado contra o vírus do antimarxismo tão endêmico em certas regiões do universo católico. Em 1977, num artigo em defesa da pastoral popular, ele

²⁴ Idem, p. 3.

²⁵ CEAS vê “Carta de Arrupe como forma de abertura”. *A Tarde*, Salvador, p. 6, 3 de outubro de 1981, p. 6.

denunciava o uso da “acusação fácil de subversão ou de marxismo quando o trabalho considera as divisões de classe. Acusação esta que se ouve também a partir de setores de dentro da igreja” (PERANI, 1977, p. 53).

Ao longo dos anos 1980, os ânimos se acirraram. Em correspondência a seus familiares na Itália, em 1980, Cláudio Perani dava conta de uma assembleia jesuíta ocorrida em Salvador, quando “o CEAS foi elogiado e... atacado por certa suspeita de marxismo e pouca fé!” (apud PERANI, G.; PERANI, K.; PERANI, R., 2016, p. 105, tradução nossa). Avançada a década, já no complexo contexto da chamada “transição democrática”, ele permaneceu atento à “conjuntura eclesial universal, na qual setores da Igreja europeia e da Igreja latino-americana, através da justificativa antimarxista, de fato estão conduzindo uma campanha contra a Igreja Popular latino-americana”, afetando não apenas agentes pastorais e teólogos, mas, também as bases (PERANI, 1987, p. 107).

Como que de maneira proporcional, também a reflexão se aguçou. Nesse período, podemos identificar na produção teórica de Cláudio Perani com relação ao marxismo, tanto o reconhecimento das virtudes heurísticas do método de análise, especialmente a partir de casos específicos, como também a crítica explícita às limitações dessa abordagem, sobretudo naquilo que ela teria de dogmática e totalizante.

Começamos pelas virtudes. Em 1983, comentando a histórica visita do papa João Paulo II à América Central, Cláudio Perani abordou a espinhosa questão das ideologias a partir não de visões apriorísticas ou modelos supostamente universais, mas sim de experiências concretas, sob pena de resvalar para a mera “oposição às lutas populares que se inspiram na ideologia marxista” (PERANI, 1983, p. 61). Na sua concepção, os lamentáveis episódios sucedidos na Nicarágua decorreram do fato do pontífice polonês não ter percebido a novidade em curso, uma vez que seus discursos, “preparados em Roma”, induziram-no a interpretar o sandinismo com base em países do Leste Europeu nos quais a religião era perseguida e o ateísmo fazia parte da propaganda oficial:

Na Nicarágua o processo está em andamento. Contudo, devemos saber reconhecer as novidades existentes, também para poder favorecê-las e evitar endurecimentos. A direção do processo revolucionário garantiu a liberdade religiosa, reconheceu aos cristãos cidadania no partido revolucionário (rompendo, com isso, com a tradição marxista dogmática) e favoreceu uma consciência participativa e crítica na maioria do povo. É uma semente lançada. É uma realidade nova. Há pobres, na Nicarágua, cuja vida tem mais esperança hoje que antes de 1979. O profetismo da Igreja deveria

reconhecer essa situação e descobrir nela os novos apelos (PERANI, 1983, p. 64).

Voltando seus olhares para o Brasil para averiguar a realidade dos assalariados rurais a partir dos relatos colhidos em dois importantes encontros realizados naquele mesmo ano (o Intereclesial das CEBs, em Canindé, e a assembleia da CPT, em Goiânia), Cláudio Perani se serviu abertamente do marxismo para descortinar a situação objetiva de exploração e opressão daqueles grupos sociais:

A situação de exploração e as dificuldades de tempo e lugar não ficam somente no âmbito externo, na relação patrão-empregado; atingem todas as relações sociais, são interiorizadas e criam uma ruptura no âmbito dos valores. Podemos lembrar um trecho de Karl Marx no Manifesto Comunista: "Tudo que era sólido, bem estabelecido, desvaloriza-se; tudo que era sagrado se acha profanado e, por fim, os homens são forçados a considerar, desiludidos, o lugar que têm na vida e suas relações mútuas [...]. A extensão da maquinaria e a divisão do trabalho tiraram do trabalho dos proletários todo caráter de independência e todo atrativo". Marx interpretava com esse texto o movimento da revolução industrial, mas pode servir também para interpretar a mudança provocada pelo avanço capitalista no campo. Depois de uma semana de trabalho em condições sub-humanas, o que de fato fica é um pouco de cachaça para esquecer o cativo. Os trabalhadores são reduzidos a uma vida materialista: "Tudo que era sagrado se acha profanado". Os valores religiosos, também, estão sujeitos a essa ruptura. O fato de não frequentar a Igreja matriz não se deve unicamente à falta de tempo, mas sobretudo à rejeição de uma religião comprometida com os padrões (PERANI, 1984, p. 30-31).

Numa perspectiva marcadamente eclesial, ele expôs suas inquietações com relação aos rumos da Igreja no Brasil em meados daquela década, quando os sopros do Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla pareciam cada vez mais desvanecer-se. Não era o caso de "mudar de rumo", dizia ele, "mas de avançar mais no rumo já traçado a partir de Medellín" (Perani, 1985, p. 71). E entre os setores nos quais se fazia urgente uma dedicação maior, Cláudio Perani elegeu "um campo ainda bastante difícil, não somente pela problemática em si, mas também pela presença de um clima emotivo" (Perani, 1985, p. 72):

É o setor do *diálogo com os marxistas e com o marxismo*. Em geral, constatamos a necessidade de maior utilização de instrumentos das ciências sociais, para aprimorar a análise da realidade feita nos ambientes da pastoral e aceitar que se levante uma suspeita crítica sobre a pretensão da verdade. Não se trata de renunciar ao conteúdo próprio da fé. Ao contrário, a certeza da fé deveria permitir maior

abertura para dialogar com marxistas e com o marxismo, sabendo reconhecer seja as contribuições positivas que continuam válidas, seja os limites e o avanço da discussão nesta problemática. Mantendo o assunto no clima das acusações e das simplificações, só podem ser favorecidos os posicionamentos rígidos que não servem à causa do povo nem da Igreja (itálico no original).

Outrossim, a abertura ao diálogo e a atitude compreensiva não impediram Cláudio Perani de criticar as insuficiências que ele vislumbrava no marxismo. Em mais de uma ocasião ele alertou para o uso mecânico da abordagem marxista por parte dos intelectuais, assessores populares e agentes pastorais. Ao reunir algumas notas sobre educação popular, por exemplo, ele refletiu sobre o processo de conscientização, por meio do qual se busca “ajudar o povo a passar de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, de um conhecimento cotidiano e localizado, para uma compreensão da situação histórica global e dos seus verdadeiros interesses de classe” (PERANI, 1986, p. 78). A permanência de um dualismo pouco equacionado entre a consciência popular e a consciência científica, todavia, não raro conduzia, segundo ele, a alguns equívocos:

O resultado, muitas vezes, é a formação de lideranças com grande “consciência crítica”, mas que não sabem mais lidar com os companheiros nem encaminhar ações concretas. É só falha metodológica? Alguns setores da esquerda clássica e da pastoral popular julgam saber o que o proletariado pensa, quer e faz e julgam-se no dever de ensinar a ele o que deve pensar, querer e fazer. [...] Parece necessário questionar mais as teorias interpretativas que nos sustentaram até aqui. Não se trata de renunciar ao rigor científico. [...] Sabemos da crise, na Europa, das grandes teorias interpretativas do social, incluindo a teoria marxista. Está caindo toda visão “totalizante” da história e da sociedade e reaparece a antiga sabedoria do povo, com suas imagens e símbolos que recusam submeter-se à lógica dos conceitos. Esta situação parece ter certa correspondência com a experiência latino-americana (PERANI, 1986, p. 78-79).

Sem dúvida que Cláudio Perani não inferia desta crise o mero abandono dos conceitos e teorias anteriores, mas a necessidade de revisá-los a partir dos novos dados adquiridos na convivência com os movimentos populares. Uma interpretação similar é a que ele propôs para os programas de formação política (reuniões, encontros, cursos etc.) cada vez mais usados para dinamizar e mobilizar as lutas sociais:

É evidente a necessidade de aprimorar um *instrumental de análise*, a ser continuamente repensado a partir da prática e na prática. E talvez aqui haja

muito simplismo nos meios da pastoral. Mesmo quando seus agentes ou assessores pretendem não trabalhar com os preconceitos ideológicos das concepções vulgares ou doutrinários do marxismo, o pressuposto básico dos seus projetos e cursos de formação é quase sempre a luta de classes que implica a “existência de uma outra força (classe) localizada no centro da produção e capaz de transformar a sociedade através da luta, a partir de um projeto prévio”. Hoje, isso parece não dar conta da realidade toda, pluralista e particular, múltipla e fluida (PERANI, 1989, p. 19, *itálico no original*)

Ora, Cláudio Perani não pretendeu negar a existência de conflito entre as classes, mas afirmar a incapacidade dos esquemas deterministas e apriorísticos de prestar conta da complexidade da vida e, conseqüentemente, a necessidade da construção de uma nova racionalidade:

Mesmo a Teologia da Libertação nem sempre considerou suficientemente outras abordagens como, por exemplo, a abordagem antropológico-cultural. Utilizar também o enfoque cultural não significa voltar atrás, mas avançar mais, completando o enfoque sócio-analítico. [...] No fundo, reaparece hoje a antiga sabedoria (esperteza) do povo: à racionalidade do poder, não opõe a práxis revolucionária (ainda mais racional), nem a temática da utopia e da libertação (mística cristã), mas a resistência fluida, cínica, divertida... Pensar com a razão, com a imaginação, com a emoção, sem que nenhuma prevaleça sobre a outra, embora possam ter intensidades diferentes em cada situação concreta. Razão e paixão vão juntas, não podem ser separadas (PERANI, 1989, p. 20)

Num de seus últimos artigos, elaborado em sua “fase amazônica”, quando já estava trabalhando no Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social (SARES), por ele fundado em Manaus em 2003, Cláudio Perani procedeu a uma análise apurada dos movimentos sociais brasileiros no alvorecer do século XXI. Numa perspectiva questionadora, ressaltou o desafio posto pela miríade das dimensões da vida que passaram a guiar os movimentos sociais (gênero, etnia, geração, sexualidade, culturas, ecologia, direitos humanos etc.). E sentenciou:

Também no nível da reflexão teórica encontramos mudanças. Paradigmas tradicionais não são mais suficientes para explicar as novidades. A teoria marxista não dá mais conta da totalidade dos fenômenos. Penso que continua tendo uma grande importância na análise da realidade, mas deve ser completada por outros paradigmas. Por outro lado, não é fácil encontrar paradigmas novos que possam responder à complexidade e à riqueza do que se apresenta no cenário social. É premente a necessidade de criar novos métodos de análise e novos conceitos: isso não se improvisa, leva tempo, exige paciência (PERANI, 2004, p. 20).

Paciência, seguramente, foi algo que nunca lhe faltou (a “presença gratuita” junto a inúmeras comunidades populares ao longo da vida o demonstra de forma cabal). A capacidade de emocionar-se diante do novo que brota do povo também não. Numa de suas últimas cartas para a família, datada de 18 de dezembro de 2007, Cláudio Perani relatou a cerimônia de diplomação dos formandos de um curso de política de nível médio e confessou que ficou comovido ao ouvir os depoimentos de alunos e professores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM):

Elogiaram a troca de saberes, populares e científicos, em prol do movimento popular e da própria Universidade, a metodologia participativa e o ambiente ecumênico que dá muita liberdade. Apenas para mencionar um caso: temos um estudante trotskista e ao mesmo tempo coordenador da liturgia de uma comunidade católica. Aquilo que pensávamos no início do SARES se concretizou: realizar um serviço que seja uma ponte entre os setores populares e a Universidade (apud PERANI, G., 2008, p. 74, tradução nossa)

Referências

ALCALÁ, Manuel. Pedro Arrupe y la vida religiosa del postconcilio. In: LA BELLA, Gianni (org.). **Pedro Arrupe, general de la Compañía de Jesús: nuevas aportaciones a su biografía**. Bilbao: Mensajero; Santander: Sal Terrae, p. 669-709, 2007.

ALDAMA, Antonio de; ECHARTE, Ignacio. Congregación de Procuradores. In: O'NEILL, Charles E.; DOMINGUEZ, Joaquín M. (org.). **Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús**. Tomo I. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu; Madri: Universidad Pontificia Comillas, p. 911-912, 2001.

ANDRÉS MATO, Manuel. **El hombre en Karl Marx y en el actual materialismo dialéctico**. Tese de Filosofia. Roma: Pontificia Universidade Gregoriana, 1969.

ARRUPE, Pedro. Informe del Padre General sobre el Estado de la Compañía. Roma, 27 de setembro de 1978. **Acta Romana Societatis Iesu**, Roma, vol. XVII, fasc. II, p. 422-450, 1979a.

_____. El padre Arrupe em Puebla (entrevista). **Mensaje**, Santiago, n. 279, p. 283-292, jun. 1979b.

_____. Carta a los Provinciales de América Latina. Roma, 5 de novembro de 1979. **Acta Romana Societatis Iesu**, Roma, vol. XVII, fasc. III, p. 834-846, 1980.

_____. **Análise Marxista**. Arraigados e Firmados na Caridade. Trad. de Mirian Leite de Almeida. São Paulo: Loyola, 1981.

A "ASSEMBLEIA Paralela" dos jesuítas em Puebla. **Jesuítas. Anuário da Companhia de Jesus, 1979-1980**, Roma, edição portuguesa, p. 26-29, 1980.

BANGERT, William V. **História da Companhia de Jesus**. Trad. de Joaquim dos Santos Abranches e Ana Maria Lago da Silva. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa; São Paulo: Loyola, [1985].

BRICEÑO, Eduardo. Reflexão dos jesuítas sobre Puebla. **Jesuítas. Anuário da Companhia de Jesus, 1979-1980**, Roma, edição portuguesa, p. 11-14, 1980.

CALVEZ, Jean-Yves. **Fé e justiça**: a dimensão social da evangelização. Trad. de Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola, 1987.

CAVAZZUTI, Tomás. Il ricordo durante la messa in suffragio di padre Claudio nella chiesa di San Giorgio di Bergamo l8 settembre 2008. In: PERANI, Giovanni; PERANI, Kiki; PERANI, Rita Montoli. **Claudio Perani S.J. Uomo e profeta**: semiatore di sogni e passioni. Milão, p. 67-68, setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.peranig.it>>. Acesso em: 21 out. 2016.

COMPANHIA de Jesus. **Congregação Geral XXXII**: Decretos. Trad. de Jesus Hortal, Quirino Weber, Joaquim Abranches, Ernesto Domingues, Antônio Leite, José Leite e João Maia. Lisboa, [Companhia de Jesus], 1975.

CONSELHO Episcopal Latino-Americano (Celam). **Evangelização no presente e no futuro da América Latina**. Conclusões da IIIª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1979.

COSTA, Iraneidson Santos. Os Confessores de Marx: a Companhia de Jesus e o Marxismo (1937-1982). **Revista de História**, São Paulo, n. 162, p. 335-368, 2010.

_____. **Que papo é esse?** Igreja católica, movimentos populares e política no Brasil (1974-1985). Feira de Santana: UEFS, 2011a.

_____. A eficácia de uma presença libertadora: a trajetória do padre Cláudio Perani (1932-2008). **Perspectiva Histórica**, Salvador, n. 1, p. 47-56, 2011b.

_____. O soldado raso da Companhia: a trajetória do jesuíta Manuel Andrés Mato (1933-2012). **Veredas da História**, v. 10, n. 2, p. 216-244, dez. 2017.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, p. 129-160, 1992.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teología de la Liberación**: Perspectivas. 7. ed. Salamanca: Sígueme, 1975.

IVERN, Francisco. La carta sobre el análisis marxista. In: LA BELLA, Gianni (org.). **Pedro Arrupe, general de la Compañía de Jesús**: nuevas aportaciones a su biografía. Bilbao: Mensajero; Santander: Sal Terrae, p. 829-840, 2007.

LOYOLA, Inácio de. **Ejercicios Espirituales de San Ignacio de Loyola**. Texto Castellano. Roma: Marietti, 1928.

PAULO VI, Papa. **Octogesima Adveniens**. Carta Apostólica por ocasião do 80º Aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*. Vaticano, 14 de maio de 1971. Trad. da Tipografia Poliglota Vaticana. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1977.

PERANI, Cláudio. **A revisão de vida, instrumento de evangelização: à luz do Vaticano II**. São Paulo: Loyola, 1974.

PERANI, Cláudio. Pobres e ricos. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 48, p. 52-60, mar./abr. 1977.

PERANI, Cláudio. O Papa na América Central. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 86, p. 54-65, jul./ago. 1983.

PERANI, Cláudio. Pastoral Popular e assalariados rurais. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 89, p. 24-36, jan./fev. 1984.

PERANI, Cláudio. Rumos da Igreja no Brasil. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 100, p. 66-73, nov./dez. 1985.

PERANI, Cláudio. Notas sobre educação popular. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 106, p. 74-81, nov./dez. 1986.

PERANI, Cláudio. Novos rumos da pastoral popular. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 107, p. 37-46, jan./fev. 1987.

PERANI, Cláudio. Pastoral popular e movimentos sociais. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 119, p. 13-22, jan./fev. 1989.

PERANI, Claudio. Discorso per la Cittadinanza Onoraria di Salvador. Salvador, 30 de agosto de 1990. In: PERANI, Giovanni. **Cláudio Perani S.J.** Bergamo, 14 agosto 1932 Manaus (Brasile), 8 agosto 2008 (in memoria). Milão, p. 58-62, out. 2008. Disponível em: <https://theo.kuleuven.be/en/research/centres/centr_lib/perani/1932-08-14-a-2008-08-08-claudio-perani-sj-2-texto.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2009.

PERANI, Claudio. CEAS, 1991. In: PERANI, Giovanni; PERANI, Kiki; PERANI, Rita Montoli. **Claudio Perani S.J. Uomo e profeta: seminatore di sogni e passioni**. Milão, p. 25-27, setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.peranig.it>>. Acesso em: 21 out. 2016.

PERANI, Cláudio. Sobre as eficácias. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 150, p. 48-54, mar./abr. 1994.

PERANI, Cláudio. CEAS: saudoso e saudável. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 185, p. 89-91, jan./fev. 2000.

PERANI, Cláudio. O início da Comissão Pastoral da Terra: colaboração do Centro de Estudos e Ação Social. In: POLETTO, Ivo; CANUTO, Antônio (org.). **Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra**. Goiânia: CPT; São Paulo: Loyola, p. 47-52, 2002.

PERANI, Cláudio. Movimentos sociais hoje no Brasil: breves reflexões. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 212, p. 17-27, jul./ago. 2004.

PERANI, Cláudio. Cláudio Perani. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 233, p. 1-314, jan./jun. 2009.

PERANI, Giovanni. PERANI, Claudio. Bergamo, 14 agosto 1932 Manaus (Brasile), 8 agosto 2008 (in memoria). Milão, out. 2008. Disponível em: <https://theo.kuleuven.be/en/research/centres/centr_lib/perani/1932-08-14-a-2008-08-08-claudio-perani-sj-2-texto.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2009.

PERANI, Claudio. PERANI, Kiki; PERANI, Rita Montoli. **Claudio Perani S.J. Uomo e profeta: seminatore di sogni e passioni**. Milão, setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.peranig.it>>. Acesso em: 21 out. 2016.

SARIEGO, Jesus Maria. Arrupe y Centro-América: historia de una pasión. In: LA BELLA, Gianni (org.). **Pedro Arrupe, general de la Compañía de Jesús: nuevas aportaciones a su biografía**. Bilbao: Mensajero; Santander: Sal Terrae, p. 427-462, 2007.

Anexo

Carta de Cláudio Perani a Jean-Yves Calvez

Salvador, 8 de novembro de 1979.

Caro Pe. Calvez,

recebi sua carta e me apresso a responder mesmo que brevemente, Vejo a importância do problema. Vejo também a dificuldade de tratá-lo a nível mais teórico. Parece-me importante continuar numa prática comum, sempre abertos e atentos aos vários questionamentos. Contudo, respondo diretamente às suas perguntas.

O problema da relação entre Análise Marxista e Cristianismo pode ser desdobrado nas seguintes perguntas:

- o que se entende por análise marxista?
- qual é sua relação com o resto do pensamento marxista?
- o método de análise marxista é conciliável com o cristianismo?

- qual deve ser a atitude do cristão frente ao método de análise marxista?
- quais os cuidados que o cristão deve ter no uso desse método?

Além de considerar algo da experiência concreta de elaboração entre cristãos e marxistas.

1. Por análise social marxista entendo o conjunto de princípios teóricos que constituem o “materialismo histórico”, ou seja, a teoria marxista da história.

Essa teoria compreende:

a) uma teoria da sociedade, que serve para explicar o constituir-se de qualquer tipo de formação social, e cujos conceitos-chave são os conceitos de produção, meios de produção, forças produtivas, relações de produção, estrutura jurídica-política, estrutura ideológica, determinação do todo social por parte da estrutura econômica, classes sociais etc.;

b) uma análise do modo de produção capitalista, que representa uma crítica do capitalismo, e cujos conceitos-chave são os conceitos de força de trabalho, mais-valia, capital constante e capital variável etc.;

c) uma análise dos conflitos sociais, feita a partir de conceitos como classes sociais, luta de classes, revolução social etc.;

d) elaboração de uma estratégia de luta para a instauração da nova sociedade socialista, baseada nos conceitos acima indicados.

2. A análise social marxista está relacionada, de um lado, com a filosofia de Marx, e, de outro lado, com o socialismo.

– Entre a análise social marxista e a filosofia de Marx, essencialmente materialista e ateia, há uma relação de origem, no sentido que Marx encontrou em sua filosofia o princípio que

inspirou a elaboração de sua teoria social. Mais ainda, na pessoa de Marx – e de muitos marxistas –, filosofia materialista e teoria social andam juntas, no sentido que Marx nunca deixou de ser materialista e ateu. Do ponto de vista lógico, porém, não há uma dependência direta entre a filosofia materialista e a teoria social marxista, pois nenhum dos princípios constitutivos dessa teoria postula uma filosofia materialista. Há, contudo, uma relação de dependência indireta, enquanto a teoria social marxista está baseada em alguns postulados filosóficos que Marx deriva de sua filosofia materialista. Estes postulados são: a afirmação do valor absoluto do homem, a realização do homem pelo trabalho, a natureza social do processo produtivo. Estes postulados, porém, são perfeitamente conciliáveis com uma visão espiritualista e cristã.

– Entre a análise social marxista e o socialismo, entendido como modo de produção em que são superadas as contradições do capitalismo, há uma relação necessária.

3. O método de análise marxista não se opõe a uma visão cristã do homem e da sociedade, contudo, poderá ser criticado à luz das ciências sociais e da nova realidade histórica, e completado naquilo que tem de parcial.

– A teoria da sociedade de Marx explica melhor do que qualquer outra teoria sociológica os processos sociais mais profundos. Ela, porém, não pode explicar todos os fenômenos sociais; nem é essa a sua pretensão.

– A análise e a crítica do modo de produção capitalista é o que há de mais valioso no pensamento marxista, e é complementação necessária da crítica, de cunho moral, que a Igreja faz da sociedade capitalista.

– A análise dos conflitos sociais é objetiva e é indispensável para uma ação social que pretenda transformar as estruturas injustas de nossa sociedade.

– A estratégia de luta apresenta algumas dificuldades, não pelos meios de luta a serem empregados, quanto pela maneira de conduzir a luta, que pode tornar-se antidemocrática,

com consequências muito nefastas. Em particular, a teoria do partido de Lênin deve ser submetida a uma crítica muito séria. Aqui, sem dúvida, está a parte mais questionável.

– O socialismo, como tal, não é contrário ao cristianismo; antes, é um modo de produção que permite mais facilmente a realização dos autênticos valores cristãos.

4. O cristão, frente ao método de análise marxista, deve ter uma atitude positiva e crítica, reconhecendo nele um instrumento necessário para sua ação em favor de uma nova sociedade.

Toda ação desprovida de uma teoria e de um método de análise adequado é destinada ao insucesso. Entre as várias teorias sociais existentes, apenas a teoria marxista consegue explicar radicalmente os mecanismos da sociedade capitalista, pressuposto necessário para sustentar uma ação verdadeira de transformação social. Portanto, o cristão comprometido não pode desprezá-la, e sim encará-la positivamente.

5. No uso do método de análise marxista, o cristão deve ter certos cuidados:

– É necessário lembrar que, nos textos marxistas, a teoria e a análise estão misturados, muitas vezes, com uma ideologia ou uma filosofia materialista; é necessário uma leitura atenta.

– Conforme o próprio Marx, a teoria social deve ser continuamente revista à luz do período histórico em que se formou e da nova realidade histórica; em nenhum momento pode ser absolutizada.

6. Quanto à prática pessoal, aqui no Brasil, observo o seguinte:

– no ambiente intelectual (estudantes, professores, universitários, certos profissionais...), o marxismo é bastante difundido, aceito e praticado em níveis diferentes;

- em certos tipos de pastoral o uso da análise marxista se mostra praticamente inevitável;
- a colaboração direta com marxistas para determinadas ações torna-se mais fácil quando os marxistas são mais independentes, mais difícil quando ligados a partidos que parecem impor uma linha bastante rígida de atuação;
- na prática, nenhuma dúvida quanto à existência hoje de muitas pessoas que, a partir dos dois lados, do cristianismo ou do marxismo, procuram se abrirem para uma compreensão da posição.

É quanto poderia dizer sobre o assunto em poucas palavras. Espero possa ajudar.

Cordialmente em Cristo.

Cláudio Perani.

Dados do autor

Iraneidson Santos Costa (UFBA)

Doutor em História, pós-doutor pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) e professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.